



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008419-55.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ARACY CAMPOS FURLAN**
 Requerido: **Ivan Pinto de Campos Junior**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter financiado um automóvel para o réu, seu irmão, atendendo a seu pedido.

Alegou ainda que o veículo permaneceu em nome dela, não obstante utilizado pelo réu, não tendo o mesmo providenciado a respectiva transferência.

Salientou que tomou conhecimento da lavratura de multas relativas ao automóvel, cuja pontuação lhe foi imputada ainda que o réu as tivesse praticado.

Almeja à atribuição dessas multas ao réu, condenando-o ao pagamento da quantia a elas pertinentes.

O réu a fls. 24/25 reconheceu juridicamente o pedido, admitindo a responsabilidade pelos fatos noticiados e sua negligência a seu propósito.

Diante dessa manifestação do réu, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor, com a ressalva de que não houve pedido específico para o ressarcimento de danos morais por parte da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para determinar a transferência da pontuação relativa às multas especificadas a fl. 04, último parágrafo, ao réu, bem como para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 366,03, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Oficie-se ao DETRAN para a transferência aludida.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**